

PROJETO DE LEI N.º , DE 2009
(Do Sr. Rômulo Gouveia)

Denomina “Rodovia Ministro Abelardo Jurema” a BR-104-PB, no trecho entre o Km 0 (zero), divisa Paraíba/Rio Grande do Norte, acesso ao município de Nova Floresta, até o final, na divisa da Paraíba/Pernambuco, acesso ao município de Riacho de Santo Antonio, *Estado da Paraíba*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Ministro Abelardo Jurema”Filho”, a *BR-104-PB, no trecho entre o Km 0 (zero), divisa Paraíba/Rio Grande do Norte, acesso ao município de Nova Floresta, até o final, na divisada Paraíba/Pernambuco, acesso ao município de Riacho de Santo Antonio, Estado da Paraíba*.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Rodovia BR104-PB é importante eixo de ligação entre as principais cidades das regiões do Brejo e do Curimataú Paraibano, além de ser uma das ligações asfálticas entre a Paraíba e os vizinhos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte..

Homenagear tão importante rodovia, com o nome do ex-ministro Abelardo Jurema, falecido em 199, é apenas um gesto para eternizar aquele que tanto fez em prol da Paraíba.

“Inscrito entre os fundadores do PSD, Abelardo Jurema foi suplente do senador paraibano Ruy Carneiro (assumindo o mandato durante seis

meses, em 1954) e deputado federal de 1958 a 62, chegando a assumir, na Câmara, a liderança do Governo de Juscelino Kubitschek.

Reeleito em 1962, terminou convocado para o Ministério da Justiça pelo presidente João Goulart, mas não conseguiu terminar o mandato em vista da cassação pelo regime militar que se instalava no País, dois anos depois. Levado pelo amigo Ruy Carneiro, refugiou-se na Embaixada do Peru, então localizada no Rio de Janeiro, de onde fugiu para Lima, onde permaneceu até seu retorno ao Brasil, em 1968.

Em Lima, capital peruana, sobreviveu com a venda de cigarros e charutos. De volta ao Brasil, atendia, pouco tempo depois, ao apelo de conciliação do presidente João Figueiredo, subindo, então, a rampa do Palácio do Planalto para apertar a mão estendida pelo general, gesto com o qual desagradou as esquerdas brasileiras.

Depois disso, chegou a ocupar uma das direções do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), durante o Governo do presidente José Sarney. Ao longo dos últimos quatro anos, sofrendo um processo avançado de esclerose, tinha lapsos de memória, a ponto de não mais reconhecer os amigos. Advogado por formação, Álvaro Filho destacou-se nos diversos cargos públicos que exerceu, nas esferas política, administrativa e jurídica.

Abelardo de Araújo Jurema nasceu em 1914. Filho de Germiniano e Amália Jurema. O sobrenome foi dado pelo bisavô, José Brito de Meneses, em protesto por ter sido preso durante o movimento de independência do Brasil. Assim, assumiu o novo sobrenome, repudiando o outro de origem lusitana.

Personagem controvertido do tumultuado período que precedeu o golpe de 1964, Jurema foi duas vezes eleito deputado federal pelo PSD, a partir de 1958. Ele alcançou visibilidade política no cenário nacional um ano mais tarde, quando assumiu o cargo de líder do Governo Juscelino Kubitschek na Câmara. Com a vitória de Jânio Quadros, na eleição de 1960, Jurema ameaçou organizar a oposição.

Com a renúncia de Jânio e a ascensão de seu vice João Goulart, Jurema voltava a estar do lado do Governo. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi nomeado ministro da Justiça. O então ministro confessou ter interceptado telegramas de redações dos jornais. Em dezembro de 1963, Jurema denunciava a existência de uma conspiração contra o Governo.

Seis meses mais tarde, já instalado o regime militar, o Exército anuncia que "o ex-ministro montou em sua pasta verdadeira máquina subversiva, cujo objetivo final era o de desacreditar o Congresso Nacional e intervir em todos os Estados cujos governadores não concordassem com a linha política de Goulart".

